

## A IDEIA DE EUROPA EM QUINHENTOS: CONSTRUÇÕES DE UM ESPAÇO REINVENTADO

**Ana Paula Avelar**

(Universidade Aberta)

Os contornos da ideia de Europa tem a sua formulação forjada num *mito fundador*. O continente europeu é o único que vê o seu nome ligado à mitologia grega. Nesta, Europa a filha de Agenor, rei de Tiro foi objecto do amor de Zeus. Numa manhã de Primavera em que passeava pelos campos a colher flores com as amigas, o deus Zeus, ao olhar para a terra, apaixonou-se pela sua formosura. O deus dos deuses resolve então descer a terra sob a forma de um touro o qual de tão dócil e manso cativa a jovem. Europa sobe para o seu dorso sendo transportada para a praia, sulcando os mares como se fosse um cisne. A jovem dá-se então conta de que está em presença de um deus. Tendo sido descoberto, Zeus transporta Europa para Creta onde esta dá à luz os seus filhos.

A representação iconográfica deste mito é, ao longo dos tempos, frequentemente corporizada na figuração da Europa subindo para o touro, ajudada pelas suas companheiras, ou na representação do animal, caminhando em direcção às águas com uma jovem no seu dorso. Contudo, a imagem que usualmente prefigura este rapto da Europa é a de um touro, abrindo o seu caminho por entre as águas, levando sobre si uma jovem profundamente

assustada, segura aos chifres do animal, sendo acompanhada ao longe, na praia pelo olhar das suas companheiras.

Este mito fundador abraça a cultura europeia, seja numa Europa Antiga, estando presente tanto na Antiguidade, onde a Europa ganha a forma de uma heroína, ou deusa, reflectida no lirismo de Mosco, Ovídio, ou Luciano, como numa Idade Média em que este rapto da Europa, foi tanto rejeitado pelo Cristianismo como transmutado, nomeadamente a partir do momento em que Ovídio foi traduzido para diferentes línguas sendo composta uma versão mais popular deste poema o *Ovidius Moralisatus*.

Nesta obra deparamo-nos com a interpretação do mito clássico sob a forma de uma alegoria cristã onde o Deus dos deuses, porque a fonte é Ovídio, é substituído por Cristo. Este incarna a figura de um touro transportando uma alma para o Céu<sup>1</sup>. Europa ecoa durante a medievalidade como um traço de um politeísmo sacrílego, surgindo sob a forma de uma personagem e revestindo-se num séc. XIV e XV onde na passagem do *império dos signos* para o *império dos príncipes* na deusa cristã dos iluministas, escribas e impressores. A imagem da Europa formular-se-á ao longo dos séculos como um signo, uma personagem, uma poesia, ou mesmo um simples ornamento.

Mas centremo-nos na Europa de Quinhentos e muito particularmente nas formas de sentir de um espaço reinventado. É certo que na imagética renascentista a evocação do mito é uma presença especular. O texto transmissor do mesmo foi o de Ovídio e o seu poema em estilo épico *Metamorfoses*. A evocação do mito é feita no momento em que o poeta descreve a tapeçaria tecida por Minerva onde esta desenha Europa enganada pela figura de um touro: “dir-se-ia que o touro era real e real, o mar. Europa parecia olhar a terra que havia deixado para trás, parecia que gritava às suas companheiras e que temia o contacto da água que saltava junto dela. *Metamorfoses*, Liv. VI:104.

A ligação entre o texto produzido pelo poeta, a impressão do tecer a história e o episódio narrado formulam um jogo de espelhos. Jogo esse tão ao gosto dos homens do Renascimento. Para tal basta recordar Dürer e o seu

---

<sup>1</sup> Cf. James Hall, *Dictionary of Subjects & Symbols in Art*, Nova Iorque, Icon Editions, 1979, p. 259.

rapto da Europa naquilo que é a assunção do *pathos* clássico e no modo como este acedeu ao mesmo e o transmuta.



Albercht Dürer, "O rapto de Europa"

O processo desvendado por Panofsky para o encontro de Dürer com esta matriz clássica transmite modelos recorrentes no Renascimento, ainda que a maestria da assimilação seja sem dúvida variável: "Dürer teve acesso à Antiguidade através de um duplo desvio: um poeta italiano — (...) tinha traduzido a descrição de Ovídio para a linguagem e emoções da época;" (...) e um pintor italiano tinha visualizado os dois acontecimentos colocando em movimento todo o aparelho do *mise-en-scène* do Quattrocento: sátiros, Nereides, cupidos, ninfas a fugir, roupas a esvoaçar e tranças ao vento. Apenas depois desta dupla transformação é que Dürer estava apto para se apropriar do material clássico."<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Erwin Panofsky, *O Significado nas Artes Visuais*, Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 155.

Confrontamo-nos, deste modo, com o conceito de *imitatio*, o qual ao ser herdado pelo Renascimento se prespectiva em três vectores fundados na Antiguidade: o platónico enquanto cópia da realidade sensorial; o aristotélico enquanto representação de modelos universais dos comportamentos humanos, e o helenístico e retórico tradutor do *cânone*. Contudo estes vectores sofrem sucessivas interpretações e através de um sincretismo e de uma formulação retórica a imitação consubstancia-se na raiz e essência do Humanismo. A questão central para a qual se procura no séc.XVI encontrar respostas é a de saber quem é que se imita.

Ora, Ovídio é um dos autores que influenciam os homens do Renascimento. As *Metamorfoses* funcionarão a partir desta altura como núcleo de inspiração da pintura que se debruça sobre temas mitológicos. Na literatura portuguesa este poeta é conhecido desde a Idade Média, sendo, no entanto, no *Cancioneiro Geral* (1516) que nos deparamos com as referências explícitas aos seus textos. Encontramo-las em Aires de Teles que lia o *Metamorphoseos*, nas traduções das *epistulae* I, XIII e VII, ou na *Reposta Dulisses a Penelope tirada de Sabyno*, feitas respectivamente por João Rodrigues de Sá de Meneses e João Rodrigues de Lucena. Por seu turno, Fernão Lopes, na *Crónica de D Pedro I* (cap. XLIV) compara os amores de Pedro e Inês às *Heroídes* de Ovídio. A presença deste poeta na poesia portuguesa do séc. XVI é incontornável, recorde-se Luís de Camões e a sua evocação ao poeta clássico.

Mas a admiração pela arte da palavra ou a sua evocação pictórica perpassa os homens do Renascimento português nomeadamente na síntese elaborada entre o novo e o antigo. Há pouco, no nosso texto, evocámos Dürer e a sua transmutação do canône, a qual é reconhecida no seu tempo. Damião de Góis, quando escreve a Jerónimo Cardoso, refere a admiração que nutre por este pintor ao afirmar na sua missiva que: “ No mesmo instante precisamente em que no nosso aposento entrou esse jovem a quem confiaste a tua carta para mim, tinha eu nas mãos o Retrato daquele grande Erasmo de Roterdão por Alberto Dürer, gravador exímio entre os alemães do seu tempo. Mal começava a contemplá-lo e em extâse me arrebatava a recordação de varão tão ilustre, meu atenciosíssimo hospedeiro de outrora(...)”<sup>3</sup>. A

---

<sup>3</sup> Amadeu Torres, *Noese e Crise na epistolografia latina Goisiana*, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, I, p. 373.

simbiose entre o novo e o antigo a interiorização da valoração simbólica é algo que atravessa o imaginário humanista do início do séc.XVI.

Todavia, se este mito fundador atravessa a Modernidade, o espaço físico deste continente é desde a Antiguidade denominado por Europa, a sua formulação política desenha-se na ideia de Cristandade. Esta designação só é substituída pela de Europa entre 1630-1660 em França, Holanda e Inglaterra enquanto que em Espanha, no sul de Itália, na Áustria, Hungria e Polónia, isto é, nos espaços europeus que directamente faziam frente aos turcos e nos espaços onde o espírito de cruzada se mantinha ainda vivo, persiste o emprego do designativo de Cristandade<sup>4</sup>. Este seria não tanto um designativo de uma crença, mas consubstanciava uma orgânica forma de viver. Como assinala Anthony Pagden: “If ‘Europe’ had, or came to acquire, an identity as a place, it was always one which lived in the uneasy realization that not only were Europe’s origins non-European, but that no one could establish with any precision where Europe stopped and Asia and Africa began.”<sup>5</sup>

No séc. XVI e no confronto com outros horizontes contrapõem-se e reformulam-se os espaços numa busca de especificidade na construção de uma outra ideia, de um “*em si*”. Tal transparece na evolução de uma cartografia que deixa de ter como propósito primordial a figuração, segundo princípios didácticos de momentos e lugares da história cristã, para se centrar na representação de uma realidade que pretende informar. Era agora necessário *notar* as expedições oceânicas, elaborar cartas que projectassem a esfera terrestre num plano, localizar de um modo preciso locais que se pretendiam continuar a atingir.

Os mapas, que anteriormente se produziam, correspondiam frequentemente a uma representação local ou regional e serviam fundamentalmente para resolver disputas territoriais, comemorar uma batalha ou reivindicar a posse de um território. Como escreveu Camille Frémontier-Murphy nestas cartas, “(...) toujours en vue plongeantes, on ne trouve, ainsi, qu’une sélection des éléments nécessaires au discours, des éléments picturaux

---

<sup>4</sup> Cf. Pierre Chaunu, *A Civilização da Europa Clássica*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p.21.

<sup>5</sup> Anthony Pagden “Europe and the World Around”, in Euan Cameron, *Early Modern Europe*, Oxford, Oxford University Press, 2001, p. 4.

qui ne sont jamais dessinés à l'échelle.”<sup>6</sup> Agora, em Quinhentos com o afastamento das costas, era de todo necessário uma representação fiel da forma dos mares, dos oceanos e dos continentes; a noção de espaço terrestre modifica-se. O mundo então conhecido revelou-se como sendo uma parte, vivendo-se o desejo de dominar o que *faltava*, o desconhecido seria deste modo a fonte geradora desta vontade. Aos portugueses cabe então a contribuição decisiva para a precisão descritiva, numa utilização operatória do mundo da qualidade, num núcleo onde se joga essencialmente a nova mentalidade técnico-mercantil.

Estamos, portanto, em presença daquilo que alguns historiadores consideram ser um esboço planetário, “uma fina película de economia-mundo” se subscrevermos a historiografia dos Annales, a qual é explorada pela evolução do quadro económico europeu. Por outro lado, a partir de 1640 e durante um período de 60 anos as fronteiras da Europa mantêm-se, sabendo nós que 85% dos seus habitantes vivem no campo e num senhorio, perdurando os laços de dependência pessoal. A plasticidade social só se revela no topo da hierarquia que enformava esta sociedade. Contudo, é nela que se inscreverá a noção de um estado, sendo o estado territorial um triunfo da Europa Clássica a qual no séc. XVII não aceita acima de si própria nem a Cristandade nem o Império.

Mas observemos a construção desta noção. No século XVI o estado territorial procurou a sua forma na Cristandade medieval, não se constituindo ainda os chamados estados médios. Ainda em 1620 a Europa desenha-se nos limites da Cristandade a qual tem como fronteira leste o Império Otomano. Por alguma razão a passagem da designação de Cristandade para Europa se vai desenhando.

Espelho de tal sentir são, por exemplo, as palavras de Louis Le Roy, filósofo francês, quando numa *oratio*, em 1559, defende a não continuação das disputas entre os governantes cristãos. Nesta sua exortação Le Roy chama a atenção para o facto de neste momento a Cristandade ter perdido tantas terras para os turcos, os quais dominam o Norte de África, os Balcãs e cercam Viena: “If you will not listen to me, hear the voice of our common

---

<sup>6</sup> Camille Frémontier-Murphy “La quadrature des cartes?” in *Les cahiers de Science & vie*, Paris, Excelsior Publications, 2000, 59, p. 38.

mother Europe: “ I who in the past hundred years have made so many discoveries, even of thing unknown to the ancients- new seas, new lands, new species of men, new constellations(...)”<sup>7</sup>. E Le Roy acrescenta : “(...) the moment the thought of war arises, the better arts of life fall silent, and I am wrapped in flamme and rent asunder. Save me from more of this: honour the arts of peace, letters and industry; and you will be rewarded by the grateful memory manking.”

Os conflitos que perpassam a Europa no séc. XVI desenham-se na esfera continental ainda que, a pouco e pouco, ganhem linhas de conflito intercontinental. A noção de que Portugal desempenha um lugar especial na Europa do tempo é amplamente marcada nos textos que narram a presença portuguesa em terras do Oriente. A noção do espaço europeu transparece nestes textos sinalizada através das alianças estabelecidas pela coroa portuguesa no seio das coroas europeias. A *res publica cristiana* de Carlos V ecoa nas palavras de um Fernão Lopes de Castanheda ou de um João de Barros. A referência à linha de sucessão da princesa D. Joana mulher do príncipe D. João filho de D. João III e herdeiro ao trono de Portugal é tradutora desta inscrição.

D. Joana, nas palavras de Lopes de Castanheda, seria filha daqueles dois lumes do mundo a Imperatriz dona Isabel e: “(...)Carlos V rei dos Romãos e Imperador Dalemânia e rei de Castela e doutros em Espanha e fora della (...) cuja boa fortuna (...) rompeu com estrago espantoso o campo de Francisco Rei de França(...) e o desbaratou e prendeu com muitos senhores da França(...)”. Foi este mesmo rei e Imperador que : “(...) com ardentíssimo zelo da glória do eterno Deus todo poderoso e da religião cristã, esquecido dos imensos trabalhos da guerra, penetrou polas frialdades grandíssimas da alta Alemanha, e desbaratou aquelas duas cruéis e danosas bestas, cabeças e colunas da péssima e abominável heresia luterana(...) submeteu todas aquelas terras que estavam corruptas desta malvada heresia (...)”<sup>8</sup>.

Mas o governo do reino é o seguir a ordem da *natureza*, pois, como escreve João de Barros, o governo segue o processo natural que: “(...)leva

---

<sup>7</sup> Citado por John Hale, *The Civilization of Europe in the Renaissance*, New York, Atheneum, 1994, pp.6-7.

<sup>8</sup> Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1979, I, p. 868.

na multiplicação das famílias: que se o filho não tem o parecer do pai, tem muito de semelhante com o avô, ou dalgum parente muito conjunto, porque a natureza nunca pode tanto degenerar que fique em monstro fora da sua espécie.” Da mesma forma prossegue o autor da *Ásia*: “ (...)os negócios e cousas que sucedem em vida de um rei, senão são semelhantes em tudo às do passado, conformam-se com as dos trespassados: de maneira que mais se parecem nossas cousas presentes com as nossas passadas, que com as estranhas e remotas pátrias.”<sup>9</sup>

Esta é uma Europa em constantes guerras onde se utilizam *instrumentos e artifícios de fogo* que, como salienta Jerónimo Corte-Real em 1574<sup>10</sup>, de poucos anos a esta parte foram inventados, quasi com indústria, subtileza, e arte diabólica. De igual modo, as palavras de Barros a D. João III são tradutoras de um sentir que ao mesmo tempo é uma exortação: “ (...)tomem os outros reis cristãos exemplo de V. Alteza, e aprendam dele a viver em verdade paz.”<sup>11</sup>

No final do séc. XVI a Espanha de Filipe II ainda é um *paradigma*, contribuindo eficazmente para o equilíbrio entre a islamidade turca e a cristandade europeia. Em 1598 o império filipino tem sob o seu domínio directo 19 milhões de homens e contrapõe-se ao império turco, o qual se expande por 4 milhões de quilómetros quadrados e domina 22 milhões de homens. Ainda não estamos no processo de formulação do que será a dimensão do chamado Estado Clássico atingida no final séc.XVII. A dimensão deste ganha em profundidade o que perde em extensão, é o triunfo do *Estado* sob o *Império*, ainda que não se abandone o imperialismo, defendendo-se a subordinação dos estados vassalos ao estado dominante. Escolhe-se, porém o controlo dos homens e a ligação ao solo.

Decorrente deste processo deparamo-nos com o progressivo desenvolvimento dos exércitos régios. Atentemos no facto de entre 1660-1760 os exércitos europeus terem grosso modo, quintuplicado o seu número, assistindo-se a uma multiplicação por cem do seu poder de fogo.

---

<sup>9</sup> João de Barros, *Ásia ...Década Terceira*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, prólogo.

<sup>10</sup> Cf. carta ao lector no “Sucesso do Segundo cerco de Diu: estando D. João de mascarenhas por Capitão da Fortaleza” in *Obras de Jerónimo Corte Real*, Porto, Lello & Irmão -Editores, p.1979.

<sup>11</sup> João de Barros, *Panegíricos*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1943, p. 33



Durante o séc.XVII e a primeira metade do XVIII, o custo das armas duplica. Por outro lado, alteram-se radicalmente os métodos e as técnicas de combate.

Estes exércitos são conjuntos maciços, formados por imperativos de momento. Não são coesos, e ainda que estejam sujeitos a uma pesada disciplina, são de difícil movimentação. É certo que no séc.XVIII assistimos a um desenvolvimento da ciência militar, nomeadamente através do aparecimento dos soldados -máquina prussianos. De igual modo, é necessário ter em atenção as mutações sentidas na arte das fortificações, as quais acompanham o crescente poder do fogo e o enorme desenvolvimento das matemáticas, que contribuem para a planificação eficaz do esforço de guerra e dos avanços técnicos que são colocados ao seu dispor. Recorde-se que já Francisco da Holanda no séc. XVI escreveria a sua *Lembrança ao muito Serenissimo e Cristianissimo Rei Dom Sebastião: de quanto serve a Ciência do desegno e Entendimento da Arte da Pintura, na República Christã, Assim na Paz como na guerra*.

Nesta obra, o autor afirma que a arte da pintura e o desenho serve no tempo de guerra, sendo isso do conhecimento da Itália e da França e outras províncias: “(...) assi de fiéis, como de imfiéis. Porque se o Desenho da Guerra vai bem desenhado, é vencida: mas se o desenho vai descomposto, desse por perdida.” Daí o conselho: “(...) Sirva-se pois V. A. do Desenho da Pintura: nas cousas da guerra: E verá quanto releva. E como nenhuma cousa sem elle sera perfeita.”<sup>12</sup>

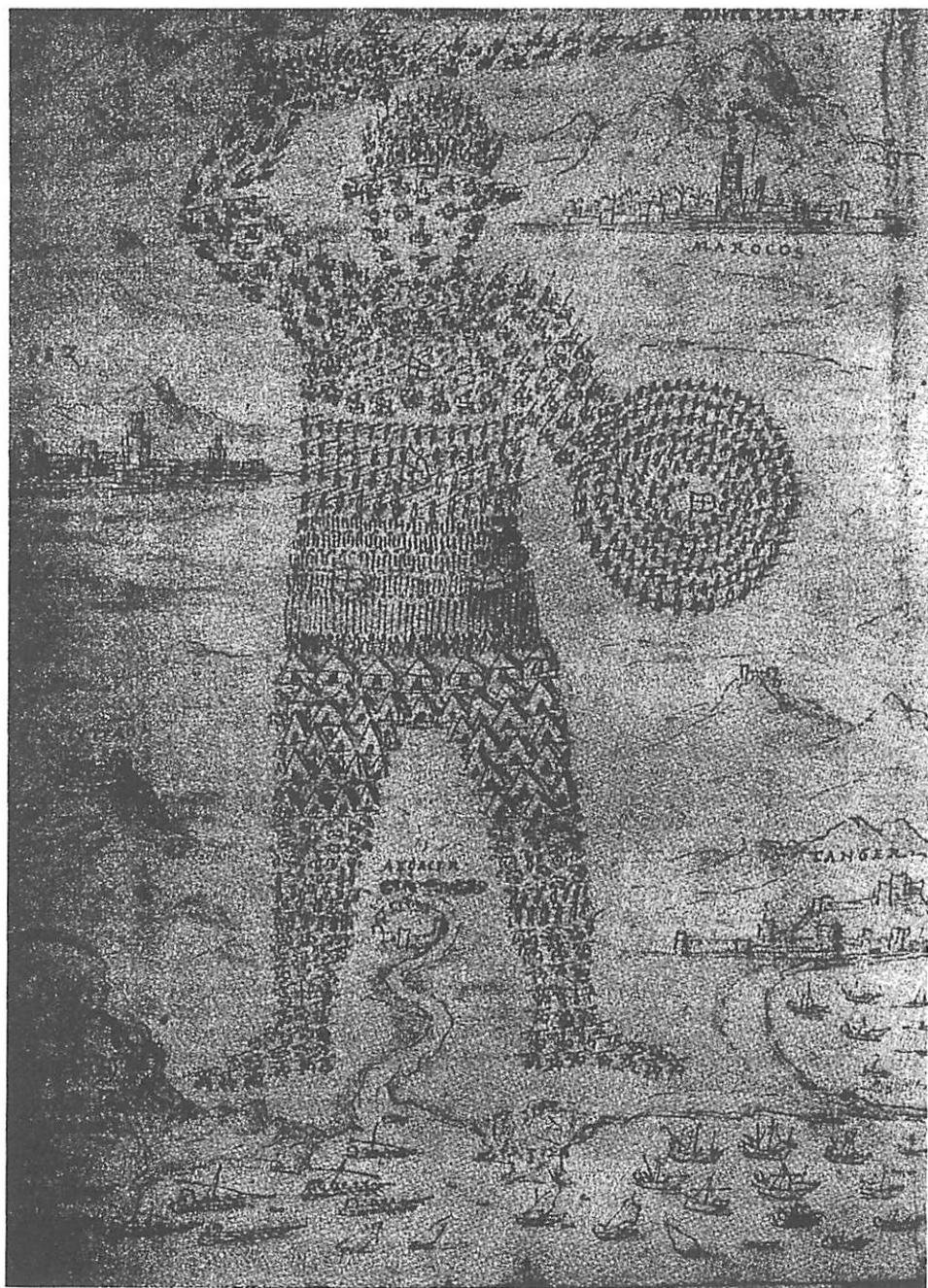
No esquisso da guerra transparece igualmente a construção simbólica da empresa do norte de África e daquilo que Holanda define ser o entendimento do desenho: “ Em se determinar (com o divino favor e auxílio, sem o qual nenhuma obra pode ser feita ) em passar a África e tomar fez como os mouros temem e o forte nome de Sebastião promete.”<sup>13</sup>

É a polivalência ou a omnivalência do artista do Renascimento, a possível dimensão de um *fantástico* no palco do combate. O exército como força de um estado contribui para a consciência que as nações ganham de si próprias numa formulação que se constrói nas confrontações dos mesmos.

---

<sup>12</sup> Jorge Segurado, *Francisco d' Ollanda*, Lisboa, Edições Excelsior, 1970, p. 149-150.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 152 e p.155.



*Esboço de Francisco de Hollanda in Jorge Segurado, op.cit., p. 155*

É certo que no séc. XVI a Europa controla os mares, mas não os continentes. Tal só aconteceria no séc. XIX. Assistiu-se desde meados do séc. XV aos anos de 1569-1570 a uma irradiação pelos diferentes continentes da presença europeia. Mesmo os conflitos que se desenvolveram entre 1569-1598 entre portugueses, ingleses e holandeses nas costas de África e no Oceano Índico, não significam um aumento desta mesma presença, mas, frequentemente, uma substituição. A presença dos europeus na Ásia, depois da primeira viagem de Vasco da Gama e nos 120 anos que lhe seguiram, irá representar no final dos mesmos, uma presença em bolsas espaciais<sup>2</sup> essencialmente costeiras que representam no total 220 000 a 230 000 km<sup>2</sup> de domínio terrestre e cerca de 25 000 a 30 000 europeus.

De igual modo no território americano a presença europeia não se altera significativamente no decurso do séc. XVII; verificamos que o espaço territorial ocupado é sensivelmente o mesmo. Tomemos o caso do Brasil, em finais do séc. XVI deparamos neste território com cerca de 57 000 habitantes 25 000 dos quais são brancos, os quais representam comparativamente cerca de 121 % dos 120 000 que existiam na América Espanhola.

Face a esta realidade, e ao cruzar outros espaços, teremos que ver o modo como a Europa se espelha, nomeadamente plasmando um designativo territorial a uma ideia de si, enquanto múltiplos espaços de identidade que se assumiram pela sua diferença, autonomia e confronto. É o ancorar de um olhar eurocêntrico sobre os outros espaços. Ainda estamos, sem dúvida, longe de 1788 e do repto lançado à sociedade pela Academia Francesa no sentido de que esta se questionasse relativamente à influência que a América exercia na política, comércio e costumes da Europa.